

XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURITIBA – 31 DE JULHO A 3 DE AGOSTO DE 2018
AT COMPORTAMENTO POLÍTICO

**LULISMO, PETISMO E CLASSES SOCIAIS:
REVISITANDO TESES SOBRE COMPORTAMENTO POLÍTICO NO BRASIL**

Gustavo César de Macêdo Ribeiro
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal do Pará

XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURITIBA – 31 DE JULHO A 3 DE AGOSTO DE 2018
AT COMPORTAMENTO POLÍTICO

**LULISMO, PETISMO E CLASSES SOCIAIS:
REVISITANDO TESES SOBRE COMPORTAMENTO POLÍTICO NO BRASIL**

RESUMO

O presente trabalho aborda as possíveis entre classe social e política no Brasil contemporâneo. Dessa forma, reexamina teses lançadas por autores como Singer acerca do fenômeno do lulismo, além do partidarismo para com o PT. Para tanto, parte de uma abordagem de análise de classe alternativa aos esquemas analíticos baseados na renda, adaptando uma tipologia de grupamentos classistas aos dados de 2007 e 2010 do Latinobarômetro. Com base nela, análises descritivas e modelos de regressão logística evidenciam que a classe esteve significativamente associada ao lulismo durante os anos analisados, mas que o mesmo não ocorreu com o petismo. Em relação ao primeiro, as chances dos destituídos foram substancialmente maiores do que aquelas dos posicionados em classes privilegiadas. Ademais, variáveis como avaliação governamental, visões sobre distribuição de renda e autolocalização social igualmente estiveram associadas aos dois fenômenos.

PALAVRAS-CHAVE

Lulismo; Petismo; Classes Sociais; Avaliação Pessoal; Partidarismo

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as análises acerca do impacto das clivagens sociais sobre a política se desenvolveram de forma bastante peculiar nos últimos anos. Uma vez que o debate sobre o possível surgimento de “novas classes” após as gestões federais do PT foi bastante relevante nos campos acadêmico e político, seria de se esperar uma igual mobilização em relação às investigações das relações entre classe e voto. Contudo, o rumo das discussões acadêmicas foi outro. Elucidativo, nesse sentido, foi a proeminência que certas variáveis obtiveram entre os estudos que buscaram analisar os resultados das eleições presidenciais recentes. Neles, a participação em programas sociais (principalmente o Bolsa Família, ZUCCO, 2008; NICOLAU; PEIXOTO, 2008), a condição de pobreza (ZUCCO, 2010), e a residência em áreas menos desenvolvidas economicamente (SOARES; TERRON, 2008) foram elencadas como fatores explicativos fundamentais para as vitórias eleitorais dos candidatos do PT, Lula e Dilma.

Nos estudos eleitorais recentes, todavia, exceção deve ser feita à análise de classe da política brasileira feita por Singer em sua obra sobre o lulismo (2009; 2012). Originalmente, tal fenômeno foi conceituado por esse autor como o encontro entre a liderança política de Lula e o subproletariado – fração da classe trabalhadora excluída do mercado de trabalho formal (2012, p. 77). Em seu primeiro mandato presidencial, o petista teria conseguido realizar o “programa ideológico” daquela camada da população (o combate à desigualdade dentro da ordem, 2012, p. 52), angariando, assim, seu decisivo apoio eleitoral.

A uma distância de quase dez anos da publicação do artigo que deu início ao debate (SINGER, 2009), o escrutínio ao qual as teses de Singer foram submetidas colocou em questão vários de seus postulados. Dentre outros, autores críticos questionaram as diferenças entre lulistas e petistas, bem como o impacto da ideologia na adesão ao lulismo. Rennó e Cabello (2010), por exemplo, demonstraram, a partir de dados do ESEB, que os petistas nutriam maior afeição pela figura do ex-presidente do que os próprios lulistas (aqueles que, segundo os autores, votaram em Lula em sua reeleição, mas não tinham preferência partidária pelo PT). Asseveraram, ademais, que o lulista assemelha-se a um eleitor não alinhado ideologicamente. Zucco e Samuels (2014) vão adiante no diagnóstico, identificando o lulismo como um fenômeno psicológico fraco (caso comparado ao próprio petismo) e o associando aos corriqueiros esquemas de voto retrospectivo a favor de Lula.

Embora tenham produzido análises decisivas sobre o fenômeno do lulismo, os críticos passaram ao largo de uma questão fundamental, posta por Singer – os possíveis impactos das clivagens de classe sobre o voto durante as gestões federais petistas. O problema, no que concerne à classe social, não diz respeito à falta de uso da variável, mas à forma pela qual ela foi utilizada. Os próprios Rennó e Cabello (2010) afirmaram que a diferenciação entre

lulistas e petistas não é mediada pela classe. Além disso, trata-se de uma variável com baixo poder explicativo da votação recebida pelos presidenciais petistas em seus êxitos eleitorais – Holzacker e Balbachevsky (2007) relatam a exígua influência da classe na escolha eleitoral por Lula, frente a variáveis como autodefinição ideológica e avaliação governamental; no mesmo diapasão, Rennó e Peixoto (2011) igualmente destacam o peso da avaliação governamental como variável explicativa da vitória de Dilma em 2010, ressaltando, ademais, a afinidade partidária com o PT e, principalmente, a ascensão social percebida.

Tais pesquisas, todavia, utilizam medidas de classe baseadas na renda do entrevistado. Isto é, porque ancorada no “paradigma da renda” (SANTOS; SCALON, 2010), tal produção acadêmica atesta, geralmente, o baixo poder explicativo das classes sociais como orientadoras do comportamento político. O que ocorreria, caso o conceito de classe utilizado fosse retirado desse paradigma? Quando tomada como uma variável construída a partir das relações contraídas pelos indivíduos na esfera da produção, a classe social aumentaria seu poder preditivo em relação às preferências políticas dos cidadãos, por exemplo?

Questões como estas demandam maior atenção da análise empírica. Especificamente em relação ao conceito de lulismo proposto por Singer, resta em aberto a postulação de que o subproletariado aderiu a Lula a partir de 2006. Demais asserções do autor sobre o assunto, tais como o abandono eleitoral das candidaturas presidenciais petistas por parte classes médias, igualmente demandam maior lastro empírico – nenhuma delas pode ser analisada através de um conceito “gradacional” de classe, baseado na renda. Isto é, equacionando classes sociais aos estratos de renda, teses decisivas, como a do posicionamento “no centro do tabuleiro” eleitoral de uma camada subproletária (excluída de relações de exploração do trabalho em bases capitalistas), sequer pode ser testada empiricamente¹.

As características, aqui em questão, do debate sobre lulismo incentivam à formulação de novos dados sobre o fenômeno. É objetivo, portanto, do presente artigo analisar as possíveis associações entre classe social e identificação com a figura política de Lula. Ademais, busca-se, igualmente, investigar a composição social e política do partidarismo para com o Partido dos Trabalhadores (PT) – petismo.

No sistema partidário brasileiro, o PT se destaca como principal agremiação partidária a atrair a simpatia dos eleitores. Embora originário de movimentos operários e de frações intelectualizadas de classe média (o que certamente influenciou o recrutamento social de seus quadros dirigentes e principais parlamentares), estudos como os de Samuels (2004) apontam a falta de influência das filiações classistas na formação de preferências partidárias pelo partido. Ademais, após as vitórias presidenciais de Lula, na década de 2000, evidências foram

¹ Ademais, como confessa o próprio Singer, não há, em seus estudos, dados mais acurados sobre a estrutura de classes no Brasil, especialmente sobre o ator chave de sua argumentação – o subproletariado (2012, p. 77).

levantadas pela literatura acerca da separação de bases eleitorais entre o partido e sua principal liderança (SOARES; TERRON, 2010). Tais diferenças também são percebidas em termos classistas? Se há diferenças entre a composição classista do lulismo e petismo, quais são elas? Quais outras variáveis, sociais e políticas, influenciam a formação de tais fenômenos?

Para responder aos questionamentos levantados nessa introdução, o presente escrito se divide em quatro partes. Segue-se a essa seção introdutória uma breve revisão teórica acerca das relações entre classes sociais e política. Subsequentemente, na terceira seção, são formuladas hipóteses acerca das possíveis raízes classistas do lulismo e petismo. Nela, também é exposta a tipologia de análise de classes construída, além de sua adaptação aos dados do Latinobarômetro nas ondas de 2007 e 2010 e a formulação de modelos de regressão logística para a análise dos fenômenos estudados. Por fim, na conclusão, os dados produzidos são discutidos.

2. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE CLASSES E POLÍTICA

Nos países do capitalismo central, especialmente nos de tradição anglo-saxônica, as investigações sobre classes e política rumam para um novo estágio. No caso inglês, por exemplo, as diferenças classistas, que antes orientavam as escolhas entre os principais atores do sistema partidário, passam a influenciar as decisões acerca da participação no processo eleitoral ou o voto em novos partidos à direita, como o UKIP (EVANS; TILLEY, 2017). Nos Estados Unidos, onde anteriormente a influência da classe se fazia sentir com maior força no não comparecimento às urnas (WEAKLIEM; HEATH, 1999), começa-se a investigar as características classistas do apoio a candidatos fora *mainstream* político, como Trump, e aos movimentos mais radicalizados de orientação conservadora (GEST, 2016).

Caso este venha a se tornar, de fato, o novo rumo das pesquisas, o longo debate sobre a política de classe no hemisfério norte adentraria um novo estágio. Nele, já se passou da “era dos dois partidos, duas classes” (no pós-guerra, marcado por inúmeras experiências socialdemocratas de governo – EVANS, 2000) à contestação da influência classista sobre a política (justamente na esteira da crise da socialdemocracia, durante os anos 1980 e 1990 – WEAKLIEM; ADAMS, 2011). Por seu turno, os que questionavam o impacto das classes na disputa política (baseados na observação de valores pós-materiais, de novos atores políticos não classistas e de fenômenos como o “aburguesamento” da classe trabalhadora – MANZA; HOUT; BROOKS, 1995) passaram a ser contestados, na virada de século, pelos que atestavam a “continuada significância das classes”. Tal contestação, feita principalmente em termos metodológicos, evidenciou as limitações dos instrumentos conceituais até então utilizados (tais como o “Índice Alford”) e trouxe novas evidências, especialmente sobre as

tendências de voto de classe². Ao cabo, o aparato metodológico formulado nos anos de contestação ao fim da política de classes é agora mobilizado para pensar as novas bases do fenômeno.

No hemisfério sul, o rumo dos debates foi diferente. Especialmente na América Latina, como lembram Rennó e Turgeon (2016), foi fundamentalmente nos recentes anos de governos de esquerda e, conseqüentemente, de efeitos de suas políticas sobre a distribuição de renda, o mercado de trabalho e a disputa política mesma que as noções de classe e estratificação social ganharam o centro do debate sobre comportamento político. Todavia, tomando como exemplo o aqui já referenciado caso brasileiro, tal agenda de pesquisas foi conduzida de forma peculiar – no mais das vezes ou passando ao largo da análise de classe em sentido estrito, ou utilizando conceitos outros que, a rigor, servem antes como *proxies* para a condição de classe³. De forma tal que, quando se objetiva realizar uma análise de classes da política nos países latino-americanos, torna-se desafiador produzir investigações empíricas fora dos modelos estabelecidos de pesquisa sobre clivagens sociais e comportamento político. Igualmente, tal desafio se materializa em problemas de acesso a dados e comparabilidade entre resultados produzidos (RIBEIRO, 2017).

Para a ele fazer frente, ademais, trata-se de ampliar o escopo do próprio conceito de classe. Para tanto, é preciso, em primeiro lugar, delinear escolhas teóricas na utilização do mesmo. Se a análise de classe é uma especialidade com variável independente (WRIGHT, 2000), impõe-se compreender como seus efeitos, no caso, sobre a política podem ser percebidos e medidos. Nesta seção, tal imperativo será abordado a partir de três questionamentos relativos aos efeitos das posições classistas sobre a política: *I) Os indivíduos conseguem distinguir as filiações de classe de partidos, candidatos e governantes? II) As escolhas políticas dos indivíduos são baseadas em uma consciência de classe? III) A oferta de alternativas políticas é diferenciada em termos de classe?* Na subseção posterior, tais escolhas teóricas serão mobilizadas para a formulação de hipóteses acerca dos fenômenos do lulismo e petismo.

I) Os indivíduos conseguem distinguir as filiações de classe de partidos, candidatos e governantes? Certamente, a resposta mais objetiva a este primeiro questionamento pode ser encontrada no conceito de voto de classe. Nesse sentido, é possível destacar algumas definições bastante estritas do mesmo, a despeito das diversas e volumosas controvérsias a seu respeito. Para Evans, voto de classe se refere “à tendência de eleitores em uma classe particular de votar especificamente em partidos, candidatos (ou grupos destes), ao invés de

² Para um apanhado dos debates, ver Evans (1999).

³ Os próprios Rennó e Turgeon (2016) utilizam o acesso a bens como medição da estrutura de classes em seu estudo.

opções alternativas, comparado com eleitores em outras classes” (2000, p. 402)⁴. Manza, Hout e Brooks (1995a) são mais específicos ao diferenciar voto de classe “tradicional” e “total”. O primeiro diz respeito à associação estatística entre classe e comportamento eleitoral que resulta dos alinhamentos políticos das classes trabalhadoras (*blue-collar classes*) aos partidos à esquerda e das classes médias (*white-collar classes*) aos partidos à direita. Já o segundo se relaciona com quaisquer associações entre voto e classe, incluindo a abstenção eleitoral.

A ideia fundamental, na base do conceito de voto de classe, como notado pelo próprio Evans (2000), relaciona-se com a compreensão de que as preferências políticas não estão distribuídas de forma randômica pela população. O uso desse construto conceitual visa evidenciar, portanto, a condição classista das escolhas políticas, caso elas se demonstrem significativas nos contextos analisados. Ademais, como aqui se buscará demonstrar, a lógica subjacente ao conceito pode ser utilizada para a compreensão de outras tendências de comportamento político, tais como a afinidade com líderes políticos ou partidos.

Há de se ressaltar, porém, outros três elementos fundamentais no uso do conceito de voto de classe. O primeiro se relaciona com a medição das posições de classe. As conceituações acerca das classes sociais são dadas a disputas diversas – intensificadas, ademais, com as transformações contemporâneas do capitalismo e consequentes mudanças nas relações de exploração do trabalho. Não há, portanto, como identificar padrões de voto de classe sem antes abordar o conceito de classe em si. Com uma tipologia de posições classistas, pode-se mensurar as filiações classistas dos indivíduos e testar possíveis associações das mesmas com suas escolhas políticas. Trata-se de questão fundamental, abordada como mais vagar posteriormente no presente trabalho.

Já o segundo diz respeito à unidade de análise utilizada – são os indivíduos, em uma determinada posição de classe, que desempenham escolhas políticas. As classes, como entidades supraindividuais, não têm uma vontade autônoma às consciências individuais (WRIGHT, 1985) – portanto, não podem votar, avaliar positivamente um governante ou simpatizar com um partido político. Os padrões de voto de classe, ou escolhas políticas congêneres, são fruto da agregação de preferências individuais. Dessa forma, aqui parte-se do pressuposto de que, caso demonstradas, as decisões políticas com orientação classista se coadunam com avaliações, por parte dos indivíduos, de que tal ou qual candidato ou partido representam seus interesses materiais de classe. Como resultado, a explicitação de tendências de voto de classe desvela a capacidade dos indivíduos de distinguir as filiações classistas de partidos, candidatos e governantes.

Por fim, o terceiro relaciona-se com o sentido aqui empregado de filiação classista de atores políticos. Necessariamente, é preciso evidenciar, tal filiação prescinde de maiores

⁴ Todas os textos com edições em língua inglesa citados diretamente neste trabalho foram livremente traduzidos para o português.

informações sobre a origem de classe dos atores em questão – como é sabido desde as análises de classe de Marx sobre o golpe de Estado de Luís Bonaparte, não é preciso pertencer a uma classe para governar em nome dela. Aqui, sobretudo, pensa-se em termos de uma “representação de classes subjetiva” (PERISSINOTTO, 2007), de afinidade de interesses entre atores políticos e membros de uma classe.

II) As escolhas políticas dos indivíduos são baseadas em uma consciência de classe?

Afirmar a capacidade dos indivíduos de identificar as filiações classistas dos atores políticos, e realizar escolhas a partir de tal constatação, significa, em outras palavras, reconhecer que eles o fazem com base em uma consciência de classe. Isto não implica identificar neste comportamento um nível avançado de sofisticação, nem, tampouco, reservar uma tal consciência classista aos mais engajados politicamente. Com base em Wright, pode-se circunscrever a consciência de classe aos “aspectos da consciência com um conteúdo distintivo de classe” (1985, p. 246). Os agentes não somente são capazes de compreender o conteúdo de classe de um dado contexto, mas de elaborar preferências sobre os cursos de ação disponíveis e, como resultado, empreender intencionalmente escolhas e ações (WRIGHT, 1985, 2000).

Wright (1990) pensa a inserção em relações classistas como geradora de “efeitos de classe”. Por conseguinte, a incumbência em postos diversos da exploração do trabalho resulta em interesses objetivos classistas diferenciados. Nessa chave teórica, luta de classes diz respeito simplesmente às práticas sociais em busca de tais interesses. Tal luta pode ser travada com base em “formações de classe” – instâncias de associação solidária, que variam das mais duradouras e organizadas às mais instrumentais e transitórias⁵, constituídas por indivíduos com diferentes consciências de classe (WRIGHT, 2000).

A participação em formações de classe, ou a busca pela realização dos interesses classistas são, em suma, moldadas pelos processos subjetivos com conteúdo de classe, acessíveis a consciência individual. Assim, se, por um lado, em uma escala macrossocial, os padrões de voto de classe podem ser concebidos como agregados de preferências individuais, por outro, nas diferentes expressões da consciência de classe residem seus microfundamentos.

III) A oferta de alternativas políticas é diferenciada em termos de classe? Weakliem e Adams (2011) propõem uma gradação entre perspectivas teóricas diversas no que concerne às possíveis fontes da política de classes. Entre os vários autores, as diferenças variam entre posições mais afeitas a identificar a origem do fenômeno nas respostas espontâneas à desigualdade social e outras que tendem a localizar na ação organizativa de partidos e

⁵ Se partidos e associações podem ser elencados como exemplos de formações de classe mais perduráveis, a simples adesão majoritária de eleitores de uma classe a uma das candidaturas inscritas em certo processo eleitoral pode ser concebida como uma formação de classe mais instrumental e contingente (RIBEIRO, 2014).

movimentos sociais sua origem fundamental. Tal gradação se relaciona com outra distinção consagrada no campo de investigação sobre classes sociais – a oposição entre objetivistas e subjetivistas acerca da constituição das classes sociais (para aqui utilizar os termos de Bourdieu, 2013, autor que justamente busca superar tais divisões em seu trabalho).

Afirmar, como feito no questionamento anterior que a consciência classista é um “efeito gerado pela classe”, como quer Wright (1990), é, em larga media, adotar uma perspectiva objetivista de análise de classe. Todavia, ao se assumir que os indivíduos conseguem identificar as diferentes filiações classistas dos atores políticos, pressupõe-se que, de fato, elas sejam diferentes. Para novamente falar com Evans, em seu livro com Tilley: “se os partidos parecem diferentes, então as classes votam diferentemente; se os partidos parecem similares, então as classes votam similarmente” (2017, ps. 3451). Há, portanto, de se pressupor efeitos independentes das fontes subjetivas (i.e. políticas) sobre a constituição das classes.

Ademais, como quer Przeworski, a transformação das classes em agentes políticos não é inevitável, mas fruto de um processo contínuo, empreendido principalmente por atores como os partidos, de disputa pela organização em classe de indivíduos que, alternativamente, poderiam ser organizados “como membros de coletividades definidas em outros termos, às vezes simplesmente como membros da ‘sociedade’” (1989, p. 91). Sem atores que facilitem as formações de classe, outras identidades e interesses entram em cena. Assim demonstram Evans e Tilley (2012) ao explicitar como a guinada ao centro do Partido Trabalhista inglês durante anos de “New Labour”, e conseqüente distanciamento dessa agremiação de uma agenda redistributiva mais pronunciada, deixou menos evidente aos eleitores as diferenças sociais e ideológicas em relação aos seus adversários, levando o próprio voto de classe ao declínio. Em suma, para que as escolhas políticas sejam informadas pelas clivagens classistas, é preciso igualmente que o campo da oferta política se diferencie em relação aos conflitantes interesses de classe.

3. HIPÓTESES, TIPOLOGIA DE CLASSES E MODELOS DE ANÁLISE

3.1. Hipóteses

Levando em conta os pressupostos teóricos acima descritos, é possível formular um quadro de análise para os objetos de estudo aqui considerados.

(I) Uma vez que os indivíduos são capazes de reconhecer a filiação classista dos atores políticos, há de se questionar – os que se posicionam em determinado posto da estrutura de classes brasileira tendem a aderir, em maior monta, à liderança de Lula, do que

aqueles imersos em outras classes? E em relação ao partidarismo para com o PT, o mesmo ocorre?

Levando em conta as antes expostas teses de Singer (2009; 2012) sobre o lulismo, pode-se formular a seguinte hipótese: *(a) os indivíduos localizados em posições da classe trabalhadora destituída, mais do que os pertencentes a quaisquer outras classes, tendem, em termos comparativos, a professar uma maior afinidade para com a liderança de Lula.*

Por outro lado, em sintonia com as análises de Samuels (2004) sobre o petismo, a hipótese a ser proposta é a seguinte: *(b) as diferenças de classe, em relação à afinidade partidária para com o PT, não são significativas.*

(II) Caso demonstrada a hipótese (a), em termos dos microfundamentos da escolha política, igualmente se evidenciará que um agregado de indivíduos imersos em uma classe foi capaz de realizar escolhas conscientes com conteúdo classista. Ao passo que, aceita a hipótese (b), demonstra-se que o petismo é orientado por valores e identidades outros, alheios aos interesses de classe.

(III) Do ponto de vista da oferta política, caso acolhida a hipótese (a), demonstra-se que a figura pública de Lula diferencia-se, em relação a congêneres no campo político, no tocante aos interesses de classe conflitantes na sociedade brasileira. No caso da afirmação da hipótese (b), explicita-se não só a indiferenciação do PT em relação aos outros partidos no tocante à representação de classe – igualmente, o próprio partidarismo no Brasil, dada a influência que a escolha por este partido tem sobre este fenômeno, é afirmado em outras bases, alheias aos interesses classistas.

3.2. Tipologia de Classes

Como ressaltado na introdução, estudos eleitorais anteriores descartaram recorrentemente possíveis associações entre classe, medida como estratificação de renda, e comportamento político em eleições recentes com candidaturas petistas à presidência. Ademais, a principal análise de classe da política brasileira contemporânea, realizada por Singer (2012), ampara-se em exíguos dados empíricos sobre a relação entre escolhas políticas do eleitorado e posição em postos diferenciais da estrutura de classes. Apesar de poucos esforços de pesquisa (RIBEIRO; ISRAEL, 2016; RIBEIRO, 2014), outras estratégias de mensuração das relações classistas foram parcamente utilizadas no trabalho empírico de compreensão da disputa política no Brasil atual. Na contramão dessa tendência, o presente escrito visa justamente fazer uso de estratégias alternativas ao “paradigma da renda” (SANTOS; SCALON, 2010) na medição das classes no Brasil.

Para testar empiricamente as hipóteses acima expostas, aqui será produzida uma tipologia de grupamentos classistas inspirada na análise da estrutura de classes de orientação

neomarxista elaborada por Wright (2000) e Santos (2005; 2009). Tais tipologias, especialmente nas formulações apresentadas pelo último autor para a compreensão da sociedade brasileira, apresentam-se mais adequadas aos objetivos do presente trabalho. A ideia de classe trabalhadora destituída presente em sua obra não se distancia substancialmente do conceito de subproletariado, formulado originalmente por Paul Singer – oferece, outrossim, uma versão mais atualizada e ampla para a análise do espaço da destituição na estrutura de classes brasileira (SANTOS, 2009). Nesse sentido, dado que, por exemplo, espera-se uma maior adesão dos indivíduos imersos em posições precarizadas de classe à liderança de Lula, tais tipologias de inspiração neomarxista se afiguram como mais promissoras do que suas congêneres.

Não obstante, em relação à utilização das mesmas, há uma dificuldade fundamental que precisa ser superada – adaptá-las aos bancos de dados disponíveis. Seja por terem sido planejados para outros fins, seja por absorverem as categorias usuais de mensuração das clivagens sociais, os *surveys* sobre comportamento político com dados disponíveis para o Brasil geralmente não apresentam as variáveis necessárias para utilização de instrumentos de análise de classe como os aqui considerados⁶. Exceção, nesse sentido, deve ser feita ao Latinobarômetro.

Certamente, a despeito das limitações também nela presentes, tal pesquisa é a mais paramentada para a mensuração da estrutura de classes, conforme a orientação aqui expressa. Isso ocorre, pois – (i) suas variáveis acerca da ocupação dos entrevistados são mais detalhadas e discriminam condições de inserção no mercado de trabalho e desocupação⁷; (ii) tais variáveis são sensíveis às diferenças em relação ao acesso não somente a meios de produção, mas a ativos de qualificação e exercício de poder na esfera da produção (essenciais em uma tipologia de classes como a formulada por Wright, 2000); (iii) apresenta variáveis de acesso a bens fundamentais à reprodução da vida (como comida, por exemplo) que servem como *proxies* à condição de destituição social.

Com base nos dados socioeconômicos do Latinobarômetro, portanto, as análises empreendidas no presente artigo se fundamentam em uma tipologia de classes inspirada pelas abordagens neomarxistas. Nela, três grupamentos classistas são utilizados⁸ – *posições*

⁶ Para maiores detalhes cf. Ribeiro (2017)

⁷ Há duas questões sobre ocupação nas pesquisas Latinobarômetro. A primeira (s17a, em 2007, e s16a, em 2010), pergunta ao entrevistado sobre sua “situação ocupacional atual”, estimulando sete respostas possíveis – (1) Independente / Conta-Própria; (2) Assalariado em Empresa Pública; (3) Assalariado em Empresa Privada; (4) Atualmente sem trabalho; (5) Aposentado / Pensionista; (6) Não Trabalha / Responsável pelo cuidado da casa; (7) Estudante. Já a segunda, condicionada à primeira, questiona, somente aos ativos, “qual tipo de trabalho” realizam (s18, em 2007, s17, em 2010) – (1) Profissional (autônomo); (2) Dono de Negócio; (3) Agricultor ou Pescador; (4) Trabalhador por Conta-Própria; (5) Profissional (empregado); (6) “Alto Executivo” (gerente); (7) “Executivo de mando médio” (supervisor); (8) Outro empregado. A tipologia de classe aqui utilizada reorganiza tais categorias, diferenciando, por exemplo, fazendeiros de agricultores precários, ou os autônomos com ativos daqueles precarizados. Além disso, produz três grupamentos de classe, descritos a seguir.

⁸ “Posições de classe” equivalem a postos diferentes em relações de exploração do trabalho. Por isso, Wright (2000) pensa a estrutura de classes em uma dada sociedade como uma “matriz de relações”. Para otimizar as

de *classes privilegiadas* (composto por empregadores urbanos, fazendeiros, profissionais, gerentes e conta-próprias com ativos)⁹; *classe trabalhadora ampliada* (trabalhadores e supervisores); *classe trabalhadora destituída* (agricultores e autônomos precários, desempregados e trabalhadores elementares)¹⁰. Tais grupamentos, desse ponto em diante, serão referidos, respectivamente, como *Privilegiados*, *Trabalhadores* e *Destituídos*.

3.3. Variáveis e Modelo de Análise

Para os fins deste artigo, seria desejável que o recorte temporal se iniciasse em 2006, ano da longamente debatida reeleição de Lula à Presidência da República e do “realinhamento lulista”, como quer Singer (2012). Não obstante, as variáveis necessárias para a construção da tipologia de classes utilizada, conforme exposto acima, somente estão presentes a partir de 2007¹¹. Devido à exiguidade, no Latinobarômetro, de dados sobre as escolhas eleitorais propriamente ditas dos entrevistados, aqui se optou por, ao se abordar o fenômeno do lulismo, utilizar uma escala de avaliação pessoal do então Presidente Lula. Embora se perca em comparabilidade com outros estudos que utilizam dados sobre preferências eleitorais, ganha-se com o banco de dados utilizado, em alcance da análise de classe do comportamento eleitoral. O que é feito sem prejuízo aos pressupostos de identificação das filiações classistas dos atores políticos, por parte dos indivíduos, e escolhas com conteúdo de classe a partir de tal identificação.

As questões sobre simpatias pessoais em relação a Lula estão disponíveis unicamente entre as ondas de 2007 e 2010 da pesquisa. Nos dados descritivos e modelo de análise aqui

análises, as posições de classe podem ser agregadas em grupamentos classistas. Nas investigações sobre o caso brasileiro, Santos (2010) faz uso de quatro grupamentos. Aqui, para prevenir a utilização de grupamentos com poucos casos, é utilizada uma versão com três deles, na qual as “localizações contraditórias de classe média”, pequeno-burguesas e capitalistas são agrupadas sob a mesma alcunha de “posições de classe privilegiadas”.

⁹ Profissionais e gerentes constituem as “posições contraditórias de classe média” propostas por Wright (2000) – recebem parte do excedente em seus rendimentos devido ao uso de credenciais educacionais ou desempenho de funções de controle na esfera da produção. As questões sobre ocupação no Latinobarômetro contemplam as distinções entre eles. “Conta-próprias com ativos” – categoria congrega pequeno-burgueses com ativos econômicos ou de qualificação, além de profissionais autoempregados.

¹⁰ Nas análises aqui empreendidas, agricultores precários se diferenciam de fazendeiros pois afirmaram ter tido dificuldades de acesso a comida (tomando o último ano como referência) ou de manter sua família com seus rendimentos mensais (respectivamente – questões s3nb e s2 na onda de 2007; s6b e s4, em 2010). Os autônomos precários se diferenciam daqueles com ativos pois têm até 10 anos de estudo, o que indicaria, ao menos, a conclusão do ensino fundamental no Brasil (variável s15, em 2007, e s14, em 2010); em tal diferenciação, o critério de dificuldade de acesso a comida também foi utilizado. Por fim, na tipologia produzida no neste trabalho, os trabalhadores elementares se diferenciam dos demais pois não são alfabetizados ou têm apenas 6 anos de estudos, o que equivaleria ao curso do atual primeiro ciclo do ensino fundamental. Todas essas variáveis se constituem em *proxies* à condição de destituição. Devido às limitações do banco de dados utilizado, não foi possível utilizar variáveis como as mobilizadas por Santos (2005) em sua obra. Para maiores informações sobre variáveis, ver Latinobarômetro (2007, 2010).

¹¹ Principalmente, faltam, nos dados disponíveis para tal ano, informações que servem como *proxies* à condição de destituição social.

formulados, foi utilizada a nota atribuída pelos entrevistados ao petista, em uma escala de 0 a 10. A partir dela, produziu-se uma variável binária, separando aqueles que atribuem nota 10 ao então presidente (intitulados de lulistas), dos demais entrevistados¹². Procedimento que visa destacar, dentre os vários níveis de valoração sobre ele, aquele professado por seus maiores entusiastas. Especificamente no que concerne ao partidarismo, somente na versão de 2010 há questionamentos necessários para sua medição¹³. Também em relação a este fenômeno, elaborou-se uma variável binária que diferencia os que escolhem o PT como partido de preferência dos que nutrem afinidades por outras legendas ou não têm preferências partidárias.

Em resumo, optou-se por utilizar os dados das ondas de 2007 e 2010 para a análise do *lulismo* e somente os desse último ano em relação à compreensão do petismo – abarcando, portanto, o primeiro e o último ano do segundo mandato presidencial de Lula. Os percentuais de lulistas e petistas, bem como dos grupamentos classistas nos anos analisados estão encartados abaixo, na Tabela 1

Tabela 1 – Percentuais de Lulistas, Petistas e Grupamentos Classistas na Amostra do Latinobarômetro

Grupamentos	Lulistas		Petistas	Entrevistados	
	2007	2010	2010	2007	2010
Privilegiados	13,79	20,21	25,33	21,57	23,97
Trabalhadores	13,10	28,01	36,00	30,39	33,37
Destituídos	73,10	51,77	38,67	48,03	42,66
Total	100 (145)	100 (282)	100 (150)	100 (839)	100 (851)

Fonte: Latinobarômetro; Elaboração Própria.

A partir dos dados descritivos, pode-se notar que o número de lulistas aumenta, em termos absolutos, entre os anos analisados – passa de 145 a 282, em um crescimento de 94,48%. Dentre os lulistas, tanto em 2007 quanto em 2010 há uma presença percentual mais expressiva de indivíduos imersos em posições de classe destituídas. Em comparação com o total de destituídos, na amostra, especialmente as diferenças registrada no primeiro ano em tela são notáveis – 73,1% de destituídos entre os lulistas, em comparação a 48,03% do mesmo grupamento entre os entrevistados. Em 2010, embora ainda presentes, tais diferenças

¹² Em procedimento análogo, mas em ordem inversa, ao utilizado por Krause, Paiva e Lameirão (2016), para analisar o antipetismo.

¹³ De forma alternativa, a questão “se nesse domingo houvesse eleição, em qual partido você votaria”, disponível em várias edições do Latinobarômetro, poderia ter sido utilizada tanto para a análise do lulismo quanto do petismo. O problema, contudo, está justamente aí – como, no Brasil, tem-se tanto eleições realizadas através do sistema proporcional de lista aberta quanto do majoritário de dois turnos, não é possível saber a qual pleito o entrevistado está se referindo ao responder tal questionamento. Devido a esta ambiguidade, decidiu-se excluir tal variável das análises aqui realizadas. Especificamente em relação ao partidarismo, optou-se por utilizar a questão p32n.a, presente somente em 2010, que questionava os entrevistados sobre qual partido se “sentem mais perto”, em comparação aos demais (LATINOBARÔMETRO, 2010).

diminuem (51,77% de lulistas destituídos; 42,66% de destituídos na amostra), o que ocorre concomitantemente ao aumento de indivíduos em outras classes dentre os lulistas – principalmente trabalhadores, que, de 13,10%, em 2007, passam a representar 28,01% dos lulistas em 2010. Se, em uma primeira vista, os destituídos parecem formar com maior presença a base social lulista, o mesmo não ocorre com o petismo. Na realidade, há menos destituídos entre os petistas (38,67%) do que entre os entrevistados pelo Latinobarômetro em 2010 (42,66%). Por extensão, há maiores percentuais de trabalhadores (36%) e privilegiados (25,33%) entre os que professaram partidário pelo PT do que na amostra (33,37% e 23,97%, respectivamente)¹⁴.

Os dados descritivos expõem, preliminarmente, uma maior tendência de influência das classes sobre lulismo, mas não sobre o petismo – o que se deve, principalmente, à maior adesão percentual dos destituídos ao apoio a Lula, caso comparados com outros grupamentos classistas. Para avançar na compreensão do fenômeno se fazem necessários, porém, outros instrumentos de análise. Dessa forma, no que se segue, serão expostos os resultados obtidos a partir de modelos de regressão logística com razões de chances.

Para a construção dos modelos aqui utilizados, as binárias criadas para lulismo e petismo são utilizadas como variáveis respostas. Para as independentes, além da tipologia de classes anteriormente exposta, foram selecionadas outras quinze variáveis, presentes igualmente nas ondas de 2007 e 2010 do Latinobarômetro. Previamente à regressão logística, foram realizados testes de associação do qui-quadrado entre as variáveis resposta e as possíveis independentes¹⁵. Dentre elas, além da (1) classe, as seguintes se mostraram significativamente associadas como o lulismo e com o petismo – (2) raça / etnia; (3) contribuição individual para a renda familiar¹⁶; (4) religião; (5) faixa etária; (6) autolocalização social; (7) aprovação governamental; (8) aprovação da situação econômica; (9) autolocalização ideológica; (10) apoio à democracia; (11) percepção sobre melhorias no combate à corrupção; (12) percepção sobre benesses de privatizações de empresas públicas ao país; (13) percepção sobre distribuição de renda no país; (14) número de vezes que assiste TV por semana; (15) interesse por política.

¹⁴ Não se espera que os percentuais dos diferentes grupamentos classistas aqui registrados possam ser comparados com os dados obtidos por outras mensurações da estrutura de classes no Brasil, como as realizadas por Santos (2005), por exemplo. Isso ocorre principalmente porque, no Latinobarômetro, não estão presentes as mesmas variáveis disponíveis em outros bancos de dados para medir o acesso a ativos econômicos, educacionais e de poder.

¹⁵ Somente foram utilizados nos modelos de regressão logística variáveis associadas às respostas com $p < 0,05$ de significância no teste do Qui-Quadrado. Na tabela 2, exposta a seguir, células em branco indicam a falta de significância em tal teste. Já na 3, apenas foram incluídos dados de variáveis significativas. Apenas uma variável obteve $p > 0,05$ em todos os anos, para as duas variáveis dependentes – sexo. Por isso, foi excluída dos modelos aqui relatados.

¹⁶ “Você é o que mais contribui em sua casa para a renda familiar?”, questão s12 em 2007, e s11, em 2010.

As variáveis (2), (4), (7), (8), (10), (11), (12), (13) e (15) eram originalmente categóricas (nominais ou ordinais), mas foram transformadas em *dummies* nos modelos¹⁷. Ao passo que as variáveis (5), (6), (9) e (14) foram transmutadas em categóricas a partir de variáveis inicialmente quantitativas discretas (apuradas tanto por questões abertas quanto por fechadas com escalas)¹⁸. As tabelas 2 e 3, abaixo, registram os resultados obtidos a partir dos modelos de regressão logística, com destaque para a razão de chances.

Tabela 2 – Modelos de regressão logística com razões de chances – Lulismo 2007 e 2010

Variáveis	Lulismo							
	2007				2010			
	OR	p	IC 95%		OR	p	IC 95%	
Classe								
Privilegiados	1,00				1,00			
Trabalhadores	0,86	0,731	0,38	1,95	0,90	0,735	0,52	1,58
Destituídos	2,81	0,003***	1,42	5,57	1,93	0,016**	1,13	3,32
Raça								
Branca	1,00				1,00			
Negra e Outras	1,36	0,236	0,81	2,26	1,25	0,302	0,81	1,91
Chefe Família								
Não	1,00							
Sim	1,22	0,481	0,69	2,14				
Religião								
Católico					1,00			
Outras					1,02	0,906	0,65	1,61
Idade								
16 - 24	1,00				1,00			
25 - 34	0,68	0,341	0,32	1,48	0,99	0,992	0,54	1,82
35 - 44	0,82	0,648	0,36	1,85	0,87	0,694	0,46	1,66
45 - 59	0,74	0,478	0,32	1,68	0,90	0,767	0,47	1,73
> 60	0,56	0,350	0,17	1,85	1,52	0,391	0,58	3,97

(Cont.)

¹⁷ A variável de apoio à democracia divide os entrevistados entre os que concordam com a afirmação “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” dos demais, que tolerariam formas de governo autoritárias ou são indiferentes à questão (questões p9st, em 2007, e p10st, em 2010).

¹⁸ Originalmente, a variável de autolocalização social pedia aos entrevistados que se posicionassem frente a uma escala de 1 a 10, sendo “1” o posto das pessoas mais pobres e 10 a posição dos mais ricos. Com base nela, formulou-se a seguinte categorização – os que afirmaram estar entre os postos de 1 a 3 formaram a categoria “mais pobres”; aqueles entre 4 e 6 foram reagrupados como partícipes dos “estratos médios” e, por fim, os que escolheram os escores iguais ou acima de 7 formaram a categoria “mais ricos” (variável p13sta, em 2007, e p6stm, em 2010). Procedimento análogo foi feito em relação à variável de autolocalização ideológica. Nesse caso, porém, a escala original variava de 0 a 10. Assim, os escores de 0 a 3 formaram as posições ideológicas à esquerda, os de 4 a 5 as do centro, e de 6 a 10 as escolhas à direita (variável p67st, em 2007, e p60st, em 2010).

(Cont.)

Variáveis	Lulismo							
	2007				2010			
	OR	p	IC 95%		OR	p	IC 95%	
Autoloc. Social								
Mais Pobres	1,00				1,00			
Estratos Médios	0,55	0,035**	0,32	0,95	0,36	0,001***	0,20	0,64
Mais Ricos	0,25	0,015**	0,08	0,76	0,29	0,002***	0,13	0,63
Aprov. Gov.								
Não	1,00				1,00			
Sim	11,82	0,000***	4,93	28,29	4,60	0,001***	1,91	11,07
Aprov. Econ.								
Não	1,00				1,00			
Sim	1,22	0,440	0,73	2,03	1,81	0,006***	1,18	2,78
Autoloc. Ideo.								
Esquerda	1,00				1,00			
Centro	0,51	0,031**	0,27	0,93	0,96	0,910	0,52	1,78
Direita	1,16	0,649	0,60	2,25	2,13	0,024**	1,10	4,11
Apoio Demo.								
Outros					1,00			
Sempre					1,61	0,042**	1,01	2,55
Melhors. Corrup.								
Não	1,00				1,00			
Sim	1,22	0,438	0,73	2,06	1,24	0,336	0,79	1,93
Visão Privat.								
Bom					1,00			
Ruim					0,94	0,802	0,61	1,46
Visão Dist. Renda								
Justa	1,00				1,00			
Injusta	0,44	0,009***	0,24	0,81	0,51	0,013**	0,30	0,87
Audiência TV								
≥ 5 dias					1,00			
≤ 4 dias					0,73	0,156	0,48	1,12

Fonte: Latinobarômetro; Elaboração Própria.

*** p<0.01; ** p<0.05; * p<0.10.

Pseudo-R² (2007): 0,2522Pseudo-R² (2010): 0,1412

Tabela 3 – Modelo de regressão logística com razões de chances – Petismo 2010

Variáveis	Petismo			
	2010			
	OR	p	IC 95%	
Classe				
Privilegiados	1,00			
Trabalhadores	0,94	0,836	0,53	1,65
Destituídos	0,92	0,794	0,52	1,64

(Cont.)

(Cont.)

Variáveis	Petismo			
	2010			
	OR	p	IC 95%	
Religião				
Católico	1,00			
Outras	1,32	0,273	0,80	2,17
Autoloc. Social				
Mais Pobres	1,00			
Estratos Médios	2,23	0,031**	1,07	4,64
Mais Ricos	2,71	0,027**	1,11	6,56
Aprov. Gov.				
Não	1,00			
Sim	8,72	0,003***	2,05	37,02
Aprov. Econ.				
Não	1,00			
Sim	1,76	0,016**	1,11	2,80
Autoloc. Ideo.				
Esquerda	1,00			
Centro	0,55	0,067*	0,29	1,04
Direita	0,77	0,467	0,39	1,53
Apoio Demo.				
Outros	1,00			
Sempre	1,74	0,031**	1,05	2,90
Melhors. Corrup.				
Não	1,00			
Sim	0,86	0,566	0,53	1,41
Visão Privat.				
Bom	1,00			
Ruim	0,81	0,386	0,50	1,30
Visão Dist. Renda				
Justa	1,00			
Injusta	0,54	0,029**	0,31	0,94
Audiência TV				
≥ 5 dias	1,00			
≤ 4 dias	0,57	0,016**	0,31	0,94

Fonte: Latinobarômetro; Elaboração Própria.

*** p<0.01; ** p<0.05; * p<0.10.

Pseudo-R²: 0,1164

As categorias de referência foram identificadas com o número “1,00” na coluna com os resultados das razões de chances. Em 2007, as variáveis significativamente associadas com o lulismo foram a aprovação governamental, classe, autolocalização social, visão sobre distribuição de renda e autolocalização ideológica. Os que aprovavam o governo em 2007 apresentavam expressivos 11,82 a mais de chances em relação aos que, no ano em questão, nutriam outras opiniões sobre a gestão petista. No mesmo sentido, os destituídos apresentavam 2,81 a mais de chances de lulismo do que aqueles no agrupamento classista

dos privilegiados. No que concerne à autolocalização social, os que se percebiam nos estratos médios ou entre os mais ricos tinham, respectivamente, 55% e 25% das chances dos que se reivindicam entre os mais pobres de aderir ao lulismo. Os que percebiam a distribuição de renda como injusta, tinham 44% das chances daqueles com opinião contrária de serem lulistas. Em sentido diverso do afirmado por Singer, no primeiro ano do segundo mandato de Lula, são as diferenças entre os que se localizavam intuitivamente ao centro e aqueles à esquerda do espectro ideológico que se tornaram significativas – os primeiros tinham 51% das chances dos segundos de compor a base política lulista.

Em 2010, em contexto diferente, no qual a aprovação pessoal de Lula e seu governo estavam em alta, outros perfis sociais e ideológicos foram atraídos ao seu apoio. Embora os que aprovavam o governo tenham apresentado 4,6 vezes a mais de chances de lulismo do que os que não o faziam, a avaliação governamental perdeu em magnitude, comparativamente a 2007 – o que se deu de forma concomitante ao aumento do número de variáveis significativamente associadas ao lulismo. O mesmo ocorre com as classes, mas, mesmo assim, são os destituídos que continuam a apresentar mais chances de nutrirem afinidades com o então presidente (1,93) do que a categoria de referência. Uma variável que passou a ter significância em relação ao lulismo foi a avaliação do estado da economia, com os que aprovavam a gestão econômica expressando 1,81 a mais de chances do os indivíduos com outras avaliações. No que concerne à autolocalização social, a tendência dos que se posicionavam entre os estratos médios e entre os mais ricos de ter menores chances de adesão ao lulismo se manteve – 36% e 29% das chances dos mais pobres, respectivamente. Na variável sobre percepções acerca da distribuição de renda, igualmente, os mais insatisfeitos continuaram com menos chance de lulismo – 51% dos que compreendiam ser justa. Com o contexto de ampliação de apoio a Lula, os democratas foram atraídos ao lulismo, com 1,61 das chances da categoria de referência. Por fim, o sinal ideológico foi invertido – no ano em questão, os que se posicionavam à direita nutriam uma maior afinidade a Lula, em uma razão de chances de 2,13 em relação aos que se posicionavam à esquerda.

Com relação ao petismo, algumas características políticas e sociais se demonstraram diversas daquelas apresentadas pelo lulismo. Deve-se notar que, em comparação ao apoio a Lula, o sentido da autolocalização social mostrou-se diverso – foram os que se localizavam nos estratos médios (2,23) ou mais ricos (2,71) da sociedade brasileira que expressaram mais chances de partidatismo para com o PT do que os mais pobres. Os petistas, porém, compartilham com os lulistas visões similares sobre a distribuição de renda – os que a achavam injusta em 2010, tinham 54% das chances da categoria de referência de serem petistas. Aprovação à situação econômica (com os que aprovavam apresentando 1,76 das chances dos que avaliavam contrariamente) e, principalmente, ao governo (os que aprovavam registraram expressivos 8,72 a mais de chances do que a categoria de referência) foram

variáveis independentes importantes em relação ao petismo. Dentre as variáveis políticas, os democratas tinham 1,74 das chances dos que nutriam percepções diferentes sobre o regime de governo de se tornarem partidários do PT.

4. CONCLUSÃO

Os dados acima expostos ajudam a evidenciar o quanto o lulismo esteve, ao menos durante o segundo mandato de Lula, decisivamente associado com a aprovação governamental. Como ressaltado por estudos de diversas extrações, sem o apoio popular aos governos Lula, sequer se poderia falar em um eleitorado lulista. Porém, o fenômeno em análise não pode ser somente equalizado à bonificação política ao bom governo – aqui, igualmente se evidenciou que a adesão à liderança de Lula foi orientada, nos anos estudados, por um viés classista. As chances de lulismo comparativamente maiores entre os destituídos, reveladas pelos modelos de regressão logística, ajudam a corroborar a tese inicialmente formulada por Singer.

Portanto, com os dados aqui produzidos, a hipótese (a), formulada na subseção 3.1., resta demonstrada. A adesão dos destituídos a Lula igualmente demonstra que um conjunto de indivíduos foi organizado em torno de interesses classistas, ao invés de identidades políticas alternativas. Por extensão, os mesmos dados revelaram que os indivíduos conseguiram identificar a filiação classista do governante e, a partir disso, realizar escolhas políticas com conteúdo de classe. Ademais, ao menos durante o segundo governo Lula, as diferenças de classe no campo da oferta política faziam sentido aos cidadãos.

No presente trabalho, argumentou-se que, para captar a influência da classe sobre o comportamento político, fazem-se necessários instrumentos metodológicos adequados – daí o investimento na construção de uma tipologia de grupamentos classistas que prescindisse de uma abordagem baseada na renda. A partir de tais instrumentos, foi possível captar tendências de comportamento político com orientação de classe que passaram despercebidas pelos esquemas gradacionais. Ademais, uma vez que tais modelos amalgamam, de forma indevida, posições de classes diferentes sob um mesmo estrato de renda, somente a partir de tipologias como a aqui utilizada pode-se notar certos detalhes subjacentes às escolhas políticas. Este é o caso, por exemplo, da falta de significância demonstrada entre posições da classe trabalhadora e a adesão ao lulismo ou ao petismo. Qual o sentido dos trabalhadores não nutrirem simpatias pelo partido que os leva no nome ou não aderirem entusiasticamente a uma liderança de origem operária, como Lula, deve ser pauta para estudos subsequentes.

Por outro lado, em relação ao petismo, igualmente se conseguiu produzir dados que permitem a adoção da hipótese (b), formulada na subseção 3.1. – os posicionamentos

diferenciais de classe não se demonstraram significativamente associados à simpatia partidária pelo Partido dos Trabalhadores. Portanto, em termos de classe, continuaram a valer para o PT, mesmo para o último ano das gestões de seu principal líder, indicações já captadas por Samuels (2004) no início dos 2000. Não obstante, no que concerne à percepção subjetiva das diferenças sociais, deve-se ressaltar o quanto o petismo se diferencia do lulismo – ao contrário deste, associado às preferências dos que se percebiam nas porções mais pobres da sociedade brasileira, haviam maiores chances daqueles que se autocalizavam nos estratos médios ou entre os mais ricos de professar preferência pelo PT. Se um desafio fundamental posto ao petismo é o de, como quer o próprio Samuels, em artigo com Zucco, conquistar o lulismo, estas diferenças na percepção das diferenças sociais (uma vez que indicativas de visões de mundo diferenciadas) tornam ainda mais difícil a empreitada.

A despeito das diferenças sociais, lulismo e petismo se encontraram nas preferências políticas. Além da aprovação governamental e de gestão da economia, bastante elucidativa das similaridades entre os dois fenômenos foi a significância obtida pela variável acerca das percepções sobre justiça da distribuição de renda. Os que a percebiam como justa, apresentavam mais chance tanto de lulismo quanto de petismo – o que pode indicar uma percepção conjuntural de melhorias nas desigualdades de renda, devido a agenda de políticas dos governos Lula. Destoante das afinidades políticas entre os fenômenos abordados está a autocalização ideológica. A falta de significância da variável em relação ao petismo e as variações da mesma no que concerne ao lulismo foram no sentido contrário do esperado. Assim sendo, os dados para tal variável podem indicar, por um lado, que há petistas circunstanciais (influenciados pelo desempenho governamental e da economia) do que “ideológicos”. Por outro, o perfil ideológico mais à direita entre lulistas, ao contrário do formulado por Singer, somente pode ser somente identificado em um contexto de ampliação da adesão à liderança do então Presidente.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 96, 2013.
- EVANS, G [Org.]. *The end of class politics?* Class voting in a comparative context. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- EVANS, G. The continued significance of class voting. *Annual Review of Political Science*, Oxford, v. 3, 2000.
- EVANS, G.; TILLEY, J. The depoliticization of inequality and redistribution: explaining the decline of class voting. *The Journal of Politics*, Cambridge, v. 74, n. 4, 2012.
- EVANS, G.; TILLEY, J. *The new politics of class: the political exclusion of the british working class*. Oxford: Oxford University Press, 2017. [Kindle edition].
- GEST, J. *The new minority: white working class politics in an age of Immigration and inequality*. Oxford: Oxford University Press, 2016. [Kindle edition].
- HOLZHACKER, D. O.; BALBACHEVSKY, E. Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições 2002 e 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, 2007.
- KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana P.; PAIVA, Denise. O eleitor antipetista: partidatismo e avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, v. 22, n. 3, Campinas, 2016, pp. 638-674.
- LATINOBARÓMETRO – OPINIÃO PÚBLICA LATINOAMERICANA. Cuestionario 2007. LATINOBARÓMETRO, 2007. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 26 set. 17.
- MANZA, Jeff; LATINOBARÓMETRO – OPINIÃO PÚBLICA LATINOAMERICANA. Cuestionario 2010. LATINOBARÓMETRO, 2010. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 26 set. 17.
- HOUT, Michael; BROOKS, Clem. Class voting in capitalist democracies since World War II: dealignment, realignment, or trendless fluctuation? *Annual Review of Sociology*, v. 21, 1995.
- MANZA, Jeff; HOUT, Michael; BROOKS, Clem. The Democratic Class Struggle in the United States, 1948-1992. *American Sociological Review*. Washington, v. 60, n. 6, 1995 (a).
- NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007a.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff. O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea. *Lua Nova*, São Paulo, n. 71, p. 81-121, 2007.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RENNÓ, L; CABELLO, A. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, 2010.
- RENNÓ, Lúcio; PEIXOTO, Vítor. Mobilidade social e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, 2011.
- RIBEIRO, C. A. C.; ISRAEL, V. P. Voto assimétrico, classes e mobilidade social no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 28, n. 2, 2016.
- RIBEIRO, G. C. M. *Classes sociais e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo*. 235 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

- RIBEIRO, G. C. M. Aproximações ao voto de classe no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41, 2017.
- SAMUELS, David. As bases do petismo. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2, 2004.
- SANTOS, José A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.
- SANTOS, José A. F. Posições de classe destituídas no Brasil. In: SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. p. 463-478.
- SANTOS, José A. F. Comprehending the class structure specificity in Brazil. *South African Review of Sociology*, Pretoria, v. 41, n. 3, p. 463-479, 2010.
- SANTOS, José A. F.; SCALON, Celi. Desigualdades, classes e estratificação social. In: MARTINS, Carlos Benedito [Org.]. In: *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 75-104.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos*, São Paulo, n. 85, 2009.
- SINGER, A. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOARES, G.; TERRON, S. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, 2008.
- SOARES, G.; TERRON, S. L. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 2, 2010.
- WRIGHT, Erik O. *Classes*. Londres: Verso, 1985. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- WRIGHT, Erik O. *The debate on classes*. Londres: Verso, 1990. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- WRIGHT, Erik O. *Class Counts: comparative studies in class analysis; student edition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- ZUCCO, César. The president's new constituency. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 40, p. 29-49, 2008.
- ZUCCO, C. *Poor voters vs. poor places: persisting patterns and recent changes in Brazilian electoral patterns*. Trabalho apresentado no seminário Metropolis and Inequalities, 2010.
- ZUCCO, C.; SAMUELS, David. Lulismo, Petismo, and the Future of Brazilian Politics. *Journal of Politics in Latin America*, v.6, n.3, 2014.